RESENHA: PESAVENTO, SANDRA JATAHY. UMA OUTRA CIDADE: O MUNDO DOS EXCLUÍDOS NO FINAL DO SÉCULO XIX. SÃO PAULO: COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 2001

Francielle Maciel Garcia[1]

Nos seus mais de 30 anos de trabalho com pesquisa em História, Sandra Jatahy Pesavento se aventurou em diferentes abordagens historiográficas. Do marxismo a história social, e desta para a história cultural, produziu diversas obras que revelam seus interesses por assuntos que englobam o processo de modernização, o urbano, os excluídos, o imaginário social, as representações e as sensibilidades. Na obra *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos do século XIX* a autora consegue congregar com habilidade muitos desses enfoques, pois resgata, a partir da relação identidade-alteridade, como os conceitos da cidadania e da exclusão foram elaborados na cidade de Porto Alegre no final do século XIX.

Procurando reconstruir os "espaços, personagens e práticas de uma alteridade condenável e condenada" (23) Pesavento, a partir da dimensão do urbano, investiga a fronteira que separa a ordem da transgressão e demonstra a partir das representações sociais encontradas em fontes como jornais e processos crime do período, como os conceitos de cidadania e exclusão não são dados naturais, mas resultado de um discurso elaborado socialmente. Deste modo, visando alcançar os protagonistas da exclusão, apresenta um espaço urbano onde a ordem e contravenção andam lado a lado, assim como, policiais e bandidos, cidadãos de bem e malandros e donzelas e prostitutas.

No primeiro capítulo, denominado *A construção da diferença: Cidadania e exclusão social,* Pesavento apresenta os referenciais teóricos que fundamentam sua análise. Com base em autores como Pierre Bourdieu, Roger Chartier, Michel de Certau, Carlo Ginzburg, Robert Castel, Dominique Schnapper e Michel Foucault, expõe a perspectiva de que os conceitos de cidadania e exclusão apresentam uma longa história que se compreende a partir da construção da diferença e que, como representações sociais construídas na e a partir da urbs, devem ser pensadas uma em relação à outra e explicadas a partir das relações identidade-alteridade (7).

Para autora, em uma comunidade a formulação identitária organiza a compreensão das partes com o todo. Ela é construída na interação

1 Graduada em História; Universidade La Salle Canoas - Centro Universitário Unilasalle; - Av. Victor Barreto, 2288 – Centro, Canoas. francielle_garcia2@hotmail.com

com o outro, e embora "não seja um sistema absoluto que recobre todo o universo da comunidade" (10), pois os indivíduos podem ter identidades plurais, auxilia na visualização da diferença e consecutivamente na "noção de pertencimento social" (11) a partir da alteridade que, como explicita a autora, por si só, não apresenta um viés negativo, pois os outros são muitos.

Ao trabalhar com as "alteridades rejeitadas, negadas e estigmatizadas" (11), Pesavento resgata o processo de construção dessa exclusão e percebe, a partir dos discursos produzidos na época, as representações sociais desejadas pela ordem burguesa para a cidade que se modernizava. Logo, identifica que a alteridade negativa é perpassada por um matiz de valoração que segue "padrões de julgamento moral, legal, racial e estético" (23), já que em uma sociedade que se quer "bela, branca e higiênica" *(24)* são os marginalizados, pobres e negros que sofrem com o estigma da exclusão.

Adentrando o segundo capítulo, intitulado *Geografia da exclusão*, o enfoque da obra passa a ser os territórios da cidade considerados "condenados, malditos e desprezados" (25). Percorrendo com sua narrativa esses *lugares de enclave*, berço dos excluídos e centro de imagens e discursos discriminatórios, Pesavento analisa os limites urbanos definidos pela Intendência Municipal de Porto Alegre no período e identifica geograficamente os *lugares malditos* como sendo um conjunto de becos presentes na área central da cidade e um cinturão pobre e negro que se articula ao redor dela, composto sobretudo, pelos territórios chamados de Colônia Africana e o Areal da Baronesa. Por intermédio das crônicas e discursos jornalísticos, a autora propõe um passeio por esses *maus lugares* que convergem um tipo de representação condenável dada pelo olhar cidadão, ou seja, o olhar do indivíduo que gere a ocupação formal do território (23).

Covil de vagabundos, de mulheres de baixa esfera e bêbedos, os becos são pintados nos discursos e representações dos jornais como um local de vício e contravenção, onde a prostituta tem um papel fundamental no desenvolvimento de conflitos. Confinados na área nobre e central da cidade, eram a morada de bordéis, bodegas e casas de jogos.

"Qualificando espaços, atores e práticas, na construção da alteridade condenada" (49), a partir da linguagem da estigmatização os jornais difundiam notícias que rotulavam os estabelecimentos situados nos becos como locais propícios à transgressão e mau proceder, sendo seus frequentadores indivíduos perigosos, marginais e turbulentos.

Contudo, não apenas os becos eram caracterizados pejorativamente pela imprensa. Outros territórios que abrigavam os excluídos do espaço urbano, como a Colônia Africana e o Areal da Baronesa, sofriam o mesmo estigma.

Localizada próxima de uma área abastada da capital, a Colônia Africana era retratada como um "esconderijo e covil de vagabundos, desordeiros, criminosos e marafonas" (88). Como área suburbana, formada por egressos da escravidão, era estigmatizada de forma integral e associada a epítetos como "quartel-general de bandidos", "corte de crime", "centro onde se acoitam criminosos" entre outros (88).

Por sua vez, em relação ao Areal da Baronesa, a historiadora refere que há um silencio por parte dos jornais e que a construção imaginária do território como "zona sinistra, reduto de maus elementos e de toda sorte de ameaças aos bons cidadãos da urbs" (91) é construída apenas em textos e crônicas que rememoram os espaços de vivencia da velha Porto Alegre.

No terceiro capitulo da obra, denominado *O mal anda solto*, a autora prossegue sua narrativa investigando os personagens da *contramão da ordem e da vida* a partir da análise dos processos crime e da leitura dos registros policiais e noticias de jornal. Buscando resgatar os percursos contraditórios de suas acusações e julgamento, Pesavento observa que muitas vezes não existe correspondência completa entre as redes de informação documental, sendo inclusive a linguagem utilizada por ambos diferente. Enquanto os jornais buscavam estetizar o fato e exprimiam um juízo de valor que "procurava orientar a opinião do leitor pela pena do jornalista" (127) a documentação policial seguia regras fixas para as "formulas de registrar a ocorrência" (128)

Além de observar essas lacunas e explicar que descontinuidades no trabalho historiográfico são inevitáveis, Pesavento esclarece que as representações sociais estudadas e "expressas pelo discurso que dá conta de espaços, atores e práticas, não são fruto apenas dos agentes de controle da urbs ou dos gestores da cidade" (127), mas são negociadas e intercambiadas com os populares. Portanto, são tênues as fronteiras que separam o mundo da ordem do mundo da contravenção e o mundo da elite do mundo dos excluídos.

Procurando identificar os *agentes do mal* ou *turbulen*tos, a historiadora lança mão de uma *geografia da contra ordem* que apresenta as ruas, praça, becos, ou seja, as vias públicas como palco central dos conflitos. Registrando que eram nos bordéis, cortiços, botequins e casas de jogo que aconteciam "a maior parte das práticas condenadas pelos códigos de postura municipais e código criminal" (132).

Ao caracterizar os personagens praticantes dos delitos urbanos, Pesavento descreve um ambiente em que os agentes da ordem e os contraventores convivem e muitas vezes se confundem, sendo os transgressores pertencentes as mais diversas escalas sociais, incluindo aquela que deveria

manter a ordem.

Todavia, ao analisar as representações construídas sobre esses sujeitos nos documentos, que poderiam ser valorativas ou pejorativas, a autora evidencia a distinção que ocorre no tom do discurso dependendo da cor, etnia, sexo ou oficio profissional do infrator. Chamando a atenção, também, para as "ressemantizações dos registros lingüísticos, que, dependendo da situação, dos atores envolvidos ou da própria natureza de delito, variavam" (146).

Seguindo no terceiro capítulo, Pesavento se propõe a ponderar sobra à qualificação das infrações ocorridas. Das transgressões mais simples destaca à desordem (que poderia ser arruaças, imprecações, injurias ou mesmo brigas), embriagues (que segundo constata nas fontes era habitual), agressões (espancamentos seguidos ou não de ferimento com arma de fogo), prostituição e furto. O trabalho infantil, conforme verifica, não é "sequer mencionado como crime ou ato condenável" (179), mesmo noticiadas queixas de mães em situação de pobreza que entregavam seus filhos a tutores e depois tentavam os reaver devido a maus tratos.

Já as agressões feitas às mulheres, fossem elas esposas, amantes ou prostitutas, quando registradas o que era raro, não eram vistas como algo sério, sendo inclusive motivo de chacota e deboche pelos jornalistas e cronistas que buscavam um lado humorístico para seus textos. O que realmente provocava escândalo e processos eram os *crimes de amor* e *tragédias sexuais* como o defloramento, que apesar de ser considerado um delito pela lei, era pintado pelos jornais do período como uma estratégia de ação dos "casais de namorados que viviam um amor contrariado" (251). Deste modo, ao ser utilizado como tática matrimonial, por uma determinada escala social, o crime de defloramento não era considerado violento, pois quando reparado pelo casamento a transgressão era apagada.

Ainda, analisando o registro das infrações nos jornais, Pesavento percebe um novo tipo de jornalismo que vende os episódios policiescos de forma sensacionalista, se aproveitando das mazelas humanas, mas buscando também um nível de cientificidade. Para isso, descreve minuciosamente a fisionomia dos envolvidos nas transgressões e conecta com as teorias cientificas da época que vinculavam a delinquência a fatores biológicos e, portanto, características físicas. "As crônicas e notícias policiais tinham, assim, um lado noir, que dava o tom de mistério e suspense a uma cidade com os seus lugares e personagens malditos" (254)

O último caso de transgressão investigado pela historiadora é o suicídio, o qual compreende "não como crime contra a própria vida, mas como um registro da auto-exclusão" (331). Múltiplas eram as causas que levavam a

gente humilde ao suicídio, entre elas a autora menciona "Histórias banais, dramas verdadeiros, motivos fúteis, miséria, trabalho ou falta dele e sobretudo, amores não correspondidos" (332). Conforme destaca, os suicídios apareciam com frequência nos noticiários do período que, não permitindo maiores especulações, ofereciam uma biografia do suicidado dando a entender a partir desta os motivos que os levou a desistir da vida.

Por fim, no último capítulo da obra "acabando, sem acabar" Pesavento retoma sua pergunta inicial para abordar uma questão central para os historiadores: "como os homens foram capazes, ao longo da história, de representar-se a si mesmo e ao mundo" (356). A partir do estudo da cidade de Porto Alegre no final do século XIX e do imaginário social, a autora investiga a construção da diferença e dos conceitos de cidadania e exclusão para compreender que "nem tudo é alteridade absoluta no terreno das representações sociais, pois, no plano das sensibilidades e valores, muitas coisas eram partilhadas ou reapropriadas" (356)

Assim, como pode se perceber, a obra Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX é de extrema relevância tanto para aqueles que trabalham com História e buscam compreender mais sobre o imaginário social, as representações e sensibilidades no fazer historiográfico, quanto para outras áreas do conhecimento ou público geral, que descobre na escrita de Pesavento um enredo atraente e de qualidade, pois comprova em cada capítulo as fontes utilizadas e as estratégias de trabalho para interpretá-las.

Apesar de escolher uma abordagem Cultural, a obra de Pesavento não ignora os ciclos econômicos da cidade e a estratificação social de seus personagens que, a partir de sua escrita, ganham nome e história, para além das relações sociais e de classe. Como dois lados de uma mesma moeda, o espaço urbano elaborado pela historiadora delimita um ambiente em que o mundo da ordem e o mundo da contravenção possuem fronteiras tênues que muitas vezes se cruzam, confundem e deixam perceber, a partir do imaginário social, os lugares de uma alteridade condenada e os valores, ordens, códigos e sentidos de uma outra temporalidade.